

**FERNANDO DE AZEVEDO:
MARCOS CONSERVADORES DE UMA AÇÃO REFORMISTA¹**

*Décio Gatti Júnior**

Resumo: Este artigo ocupa-se da análise da ação político-educacional de Fernando de Azevedo, importante protagonista do movimento dos “pioneiros da educação nova”, com marcante atuação junto ao Estado brasileiro entre os anos vinte e quarenta deste século. Busca-se apreender o caráter eminentemente conservador de uma prática social que se expressava: na proposição de uma reforma moral, na implementação de políticas públicas de educação e na construção de uma memória histórica que ganhou força paradigmática no campo da História da Educação Brasileira.

“Quem diz que não gosta de política adora praticar política conservadora”

Antônio Sérgio

Reformar para conservar, eis a fórmula que nos permite decifrar, no cenário nacional, a ação intelectual, acadêmica e política de um personagem da importância de Fernando de Azevedo.

O conservadorismo que sua ação política expressa só pode ser compreendido no interior do processo de fortalecimento da burguesia nacionalista brasileira. Fernando de Azevedo é a expressão mais acabada, pelo menos no cenário educacional, das aspirações desta nova classe que se consolida no Brasil dos anos trinta.

Fernando de Azevedo ocupa um papel destacado em meio a um conjunto de intelectuais que objetivam, através da reforma educacional, promover a reforma social no país. É considerado por seus pares como sendo o legítimo porta-voz daqueles que viriam a ser chamados de pioneiros da educação nova.

* Professor de História da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Trabalho apresentado no III Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, promovido pela Sociedad de Historia de la Educación Latinoamericana, Caracas - Venezuela, junho de 1996.

Dedicou-se, como outros de sua geração, à causa da reconstrução nacional, através da defesa de uma ação revolucionária no campo educacional. A concretização de parte do arsenal de suas propostas foi efetivada por seu próprio proponente que, desde o final dos anos vinte até meados dos anos quarenta, ocupou postos-chave na área educacional do Estado brasileiro.

Como chamar de conservador um personagem que representa um conjunto de idéias que provêm de uma nova classe, uma burguesia que precisa remodelar o país para poder se firmar? De fato, podemos enxergar em Azevedo um autêntico reformador, progressista e batalhador, um cidadão, como escreveu Antônio Cândido, "que gosta da responsabilidade e cuja lucidez é aguçada e não embotada, pelas dificuldades, porque elas espicam o seu ânimo combativo" (*Apud. AZEVEDO: s/data. p. 01*) Mas, o fato de propor reformas esteve longe, pelo menos no caso de Fernando Azevedo, de significar qualquer possibilidade da defesa de mudanças profundas nas relações de poder existentes e muito menos denotar uma aproximação com as aspirações dos interesses dos setores populares de então. Ora, é evidente que nesta época existe um combate sendo travado no país. De fato, o poder está em disputa. Entre as oligarquias tradicionais e a burguesia nacionalista existem arestas a serem acertadas, porém as diferenças são menores se comparadas à verdadeira batalha, que ao invés de ser deflagrada, foi obscurecida, tanto na prática política de então, como na memória histórica que se construiu sobre aquela época.

A batalha à qual me refiro consubstancia-se no fato de que a sociedade brasileira, ainda que apenas em algumas regiões, industrializa-se e urbaniza-se em uma velocidade surpreendente, gerando uma nova classe social: o proletariado. Encontra-se nesta novidade o verdadeiro foco de conflitos, tantas vezes negado e obscurecido na ação política e na construção de uma memória histórica pelos reformadores sociais e educacionais de então.

A própria noção de estrutura da sociedade tomada como algo determinante de toda vida individual, e tendente à cristalização e eternização demonstram o quanto Fernando de Azevedo incorpora das tradições conservadoras dos países capitalistas mais avançados suas assertivas sobre a relação sociedade e indivíduo. Apesar da enorme distância existente entre os níveis alcançados pela industrialização brasileira e os já existentes em diversos países europeus e nos Estados Unidos, a burguesia nacional foi extremamente rápida na montagem de um arsenal ideológico conservador visando a construção de um aparelho estatal com a função de assegurar a existência de mecanismos de controle social sobre a sociedade de então.

Ao redigir este breve apanhado de meus estudos acerca do movimento educacional que se estendeu, de modo mais significativo, dos anos vinte até os anos quarenta, com rupturas e continuidades que se alongam até nossos dias, pretendo atingir dois objetivos: por um lado, sintetizar uma enormidade de dados que obtive ao longo de dois meses de dedicação a pesquisas sobre a temática; e, por outro lado, tentar contribuir para o clareamento dos reais significados de toda uma estratégia de apagamento seletivo de partes desse passado tão recente, e porque não dizer, desse passado que se faz tão presente entre nós.

Uma incompreensão, que me pareceu marcante na quase totalidade de textos com os quais trabalhei, diz respeito ao fato de existir um certo tom de surpresa quanto ao fato de Estado e Igreja, no Brasil, não terem levado seus desentendimentos até as últimas conseqüências. A meu ver, tomadas as devidas precauções com a especificidade nacional, é natural que a burguesia nacional, conservadora que é, estabeleça compromissos ou até mesmo alianças momentâneas ou mesmo duradouras com forças reacionárias, como parte de sua estratégia de evitar ao máximo a emergência de conflitos mais sérios com categorias sociais tradicionalmente desligadas do poder.

A tendência marcadamente aristocrática e excludente que caracteriza o pensamento de Fernando de Azevedo é apenas um exemplo da forma que tomou, no Brasil, a reforma educacional. Se Anísio Teixeira foi afastado do poder, e à semelhança de Jules Ferry, na França da Terceira República, foi objeto de desqualificação política por parte de intelectuais reacionários e até mesmo conservadores de então, é porque suas concepções de democracia educacional e da relação desta com a participação política diferiam em muito daquelas preconizadas pelo Estado brasileiro, preso a compromissos tanto reacionários, como conservadores, ainda que reformistas.

Ação política e construção de uma memória histórica.

Fernando de Azevedo ocupa um lugar privilegiado no cenário político e educacional de então, tanto pelo volume e qualidade de sua intervenção política, quanto, e talvez ainda mais, pela força que seu próprio relato sobre o período ganhou entre os estudiosos da educação brasileira durante muitos anos.

Em sua obra *A Cultura Brasileira*, publicada pela primeira vez em 1943, consolidou uma certa maneira de ver o passado educacional brasileiro, que só muito recentemente começou a ser questionada por historiadores brasileiros, particularmente, por alguns historiadores da educação.

Esta obra não obteve a hegemonia interpretativa no campo da história nacional, pois ao lado dela apresentaram-se diversas outras abordagens sobre a História do Brasil, como as de Caio Prado Júnior, Néelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Hollanda (só para citar alguns autores da mesma geração de Fernando de Azevedo).

No campo da História da Educação Brasileira, porém, não só a presença, nem sempre citada pelos autores de importantes obras histórico-educacionais de informações e assertivas contidas em *A Cultura Brasileira* são freqüentes, como também o modo como se desenvolve a interpretação e a narrativa de Azevedo tornaram-se verdadeiros paradigmas historiográficos, pelo menos até meados da década de oitenta de nosso século, momento em que começa a tomar corpo um movimento de desqualificação do relato contido em sua obra como sendo *o relato*, ou seja, a versão definitiva sobre aquele período da história nacional.

O texto de Azevedo é marcado pela visão sociológica de então, em que o trato com o fato social ocupava o centro das preocupações teóricas, e que o foco de interesse estava no exame da estrutura da sociedade; os detalhes, os fatos históricos, não lhes interessavam, não são objeto da análise sociológica, mas sim da análise histórica. Sendo assim, é surpreendente como uma narrativa que se recusa histórica e se auto-afirmava científica, porque sociológica, influenciou de modo tão marcante a leitura e a produção da História da Educação brasileira por tanto tempo!

Fernando de Azevedo, quando moço, estudou em colégios de padres jesuítas, onde recebeu sólida formação cultural, seguindo, logo depois, para o bacharelamento em Direito, iniciado em Belo Horizonte e concluído em São Paulo, em 1917. Ao longo de sua vida ocupou diversos cargos públicos importantes, como o de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1928), o de Diretor Geral da Instrução Pública em São Paulo (1933), época em que foi elaborado o importante Código da Educação, o de Professor Catedrático de Sociologia Educacional e o de Diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938), o de Professor Catedrático da II Cadeira de Sociologia da FFCHL-USP (desde 1941), o de Diretor da FFCHL-USP (1941-1943), época em que redigiu *A Cultura Brasileira*, o de Membro do Conselho Universitário desde a fundação da Universidade de São Paulo em 1934, e o de Diretor do Centro Regional de Pesquisa Educacional, através

de um convênio entre o Ministério da Educação e a Universidade de São Paulo, firmado em 1956.

Desenvolveu também uma série de atividades educacionais e culturais, dentre as quais se destacam: o de redator e crítico do jornal "O Estado de São Paulo", onde divulgaria, em 1926, resultados de pesquisas acerca da problemática educacional brasileira e defenderia a criação da universidade no Brasil, o de reformador da instrução pública no Distrito Federal, no período de 1928 a 1930, a fundação da Companhia Editora Nacional, e nela a publicação da "Biblioteca Pedagógica Brasileira" e a monumental "Brasiliana", entre 1931 e 1946; foi também responsável pela redação do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932, bem como o relator do anteprojeto e do projeto de decreto-lei que instituiu a Universidade de São Paulo.

Poderia elencar mais uma série enorme de ações e cargos públicos importantes ocupados por Fernando de Azevedo, bem como as diversas conferências que proferiu, as muitas obras e artigos que publicou, os livros que traduziu e até mesmo as distinções que recebeu, mas isto não é necessário no âmbito deste pequeno texto. O que, de fato, quero evidenciar, através deste sumário das atividades desenvolvidas por Azevedo, é a enorme capacidade de trabalho e de direção deste intelectual brasileiro, pouco vista em qualquer reformador educacional brasileiro ou mesmo estrangeiro do período. Quero demonstrar, também, a extrema penetração e a íntima relação, haja vista a importância das tarefas que lhe atribuem, que Fernando de Azevedo estabelece com o poder, seja, antes da Revolução de 30, ou mesmo durante o Estado Novo.

Esta flexibilidade, esta enorme capacidade de adaptação aos diferentes governos que se sucederam no poder durante décadas, conferiu a Fernando de Azevedo, segundo alguns analistas, a sua caracterização como uma espécie de oportunista desinteressado, ou seja, não importava quem estivesse no poder, mas de alguma forma ele queria alcançar os objetivos reformistas elaborados por parte dos homens de sua geração.

De qualquer forma, é característica marcante de sua ação política a promoção e a busca da unidade, da síntese dos contrários. Tarefa que procura realizar também em seus escritos, onde é flagrante a diluição das oposições, ou mesmo o seu desaparecimento.

Azevedo incorpora, especialmente em **A Cultura Brasileira**, a política de compromissos estabelecida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Para ele, 1937 foi: "...o ano em que o golpe de Estado cortou pela autoridade o conflito, amainando as polêmicas, arrefecendo as paixões e impondo, como

linha de conduta, no domínio educacional, uma política de compromissos, de adaptação e de equilíbrio.” (AZEVEDO, 1963: 670)

É evidente que a política de compromissos estabelecida por Vargas, valia tanto para a Educação, como para todos os campos de sua ação e interesse político.

Azevedo, como demonstramos acima, é um intelectual que representa os interesses modernizantes da burguesia nacional, mas é também um homem preocupado com o destino das mudanças, pois elas não devem ser radicais ao ponto de desestabilizar o poder das elites, velhas ou novas. É como intelectual público e a serviço do Estado que ele procura cumprir seus objetivos reformistas, vendo-se como o intelectual que paira acima das classes, num Estado que se apresenta como supra-classista.

Executor de importantes reformas e simultaneamente o único habilitado a interpretá-las, purificando-as das impurezas, das rupturas e dos conflitos. Construtor de uma memória histórica intencionalmente amnésica e amnésica.

Proposições de um reformismo educacional conservador

O princípio geral que norteava as propostas reformistas veiculadas pelos renovadores, especialmente o grupo próximo de Fernando de Azevedo, era o estabelecimento de um sistema de ensino nacional, em que o ensino básico seria a base comum da educação e o ensino superior o *locus* de formação das elites dirigentes. Propugnavam ainda o desenvolvimento do ensino técnico profissional, que deveria ser ministrado preferencialmente às classes médias.

O caráter estabilizador que a educação deveria ter leva-nos ao entendimento do papel legitimador das diferenças sociais que ela alcançaria em nosso país.

O desenvolvimento de uma moral laica é outra atribuição que parte significativa dos reformadores de então querem conferir à escola. Os professores devem ser formadores desta nova alma nacional. Esta é uma função que geraria grandes polêmicas entre o Estado e a Igreja da época, mas apesar da exaltação e das rupturas a que conduziu, atenuadas pela narrativa de Azevedo, fica patente, na ação do Estado, o estabelecimento de concessões para ambos os lados e a acomodação destas disputas, sem, evidentemente, qualquer abertura para a penetração de idéias consideradas perigosas.

Na defesa de uma moral fundada cientificamente, portanto laica, alguns renovadores brasileiros foram tachados de esquerdistas. Na defesa de uma moral fundada dogmaticamente, portanto confessional, os católicos e protestantes foram tachados de reacionários, defensores do arcaico. A simplicidade desta análise, que dicotomiza o novo e o velho, esconde uma pluralidade de contornos e especificidades das quais trataremos adiante. De qualquer modo, é interessante notar as semelhanças da estratégia dos católicos e mesmo dos protestantes no Brasil, com aquela exercida há quase cinqüenta anos atrás na França, à época da consolidação da República. A Igreja de então acusa Jules Ferry de: "Fundar a República, sem dúvida, dizem os jornais conservadores, mas sobretudo expulsar Deus da vida cotidiana e atingir não um pretenso clericalismo, mas sim a religião." (OZOUF, 1982: 56)

No Brasil, os religiosos promoveram uma desqualificação parecida e até mesmo extratos sociais conservadores atacaram reformadores educacionais que, na sua ótica, haviam exagerado no entendimento da palavra democracia, acusando-os de esquerdismo e, portanto, de inimigos da Pátria.

De qualquer modo, em nome da unidade e da política de compromissos, a escola laica brasileira, não seria tão laica assim, haja visto que a formação das professoras, nas Escolas Normais, permaneceria por muitas décadas quase que exclusivamente sob o controle das ordens religiosas. E, como defendiam os próprios reformadores, os professores são os responsáveis pela formação da alma nacional. A Igreja assegurou, pelo menos em parte, sua influência sobre os repassadores de conteúdos formativos da educação primária do período.

Não existiu, verdadeiramente, uma oposição violenta ao estabelecimento de uma moral religiosa no país, haja visto que esta não ameaçava a continuidade da estrutura básica da sociedade de então e nem era grande obstáculo para a burguesia nacional. Nunca houve uma ruptura significativa destes núcleos de poder: Igreja e burguesia. Querelas sempre houve, mas foram acomodadas por medidas políticas conjunturais.

A caracterização deste reformismo conservador, objetivo maior deste trabalho, deve ser completada pela análise da relação que acredito existir do mesmo com o reformismo preconizado por Émile Durkheim, na França, à época da Terceira República.

Azevedo possui muito em comum com Durkheim. A ação conservadora de ambos tem um caráter inaugural e firma-se como canône absoluto do corolário de idéias que irá marcar todo o pensamento burguês de então. Diferem, evidentemente, em muitos pontos, pois enquanto Durkheim

revelou-se um acadêmico que prognosticava e defendia a eternização do mundo burguês; Azevedo, também acadêmico, agia politicamente na busca desta eternização. Ambos porém exerceram um papel decisivo e semelhante, ainda que com conteúdos bem diferenciados, na instauração da Sociologia como disciplina científica e digna de ocupar um lugar acadêmico privilegiado. O legado sociológico de Durkheim pode ser encontrado num Mauss, num Halbwachs, num Lévi-Strauss e mesmo nos historiadores dos Annales, enquanto que Fernando de Azevedo teve discípulos do porte de um Florestan Fernandes, entre outros.

A proposta reformista de Durkheim vincula-se à realização de um duplo combate: de um lado, sugere cuidados com o operariado, lembrando-se da Comuna de Paris e vislumbrando o surgimento da Central Geral dos Trabalhadores; por outro lado, objetiva combater as tendências reacionárias, expressas, principalmente no poder da Igreja na França. A defesa radical de um Estado laico e a demarcação rígida do espaço das confissões religiosas são proposições sociais abraçadas e justificadas teoricamente por Durkheim.

Ao estabelecer uma diferenciação entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, Durkheim atinge dois objetivos simultaneamente: de um lado, opera a distinção entre o antigo e o moderno e, por outro lado, realiza uma proposição política no sentido do estabelecimento de uma solidariedade orgânica em que a educação assume parte da responsabilidade, pela formação de uma moral laica, baseada em dados científicos.

Nas sociedades antigas tem lugar a hipertrofia da consciência coletiva, e a coesão social opera-se através de uma solidariedade mecânica; já nas sociedades modernas, os processos de coesão social tornam-se frágeis, como resultante da hipertrofia da consciência individual, ou seja, do desenvolvimento acentuado de interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos. Esta mudança operada pela sociedade moderna, leia-se, sociedade burguesa, dificulta o processo de coesão e harmonia social, conduzindo estas sociedades a conflitos intransponíveis. Durkheim queria que se induzisse a sociedade ao estabelecimento de uma solidariedade orgânica, sem a qual o risco da desagregação social seria iminente.

Se nas sociedades antigas a religião tinha sucesso como instrumento privilegiado de controle social, nas sociedades modernas, segundo Durkheim, não somente ela não é capaz de assegurar o controle social, como ela é até mesmo anacrônica. Nesta nova sociedade são a educação, a moral e o direito que garantem a coesão social.

Sendo assim, podemos afirmar que a reforma moral, preconizada por Durkheim, consubstancia-se como uma resposta poderosa às

necessidades burguesas de organizar uma plataforma político-social que a legitime fornecendo-lhe condições estáveis de reprodução.

Para Durkheim, qualquer projeto de reforma social fracassaria se não propusesse uma ação social que gerasse uma reforma moral. A educação assume, desta forma, uma centralidade expressiva na formulação de uma reforma conservadora que possibilita o pleno desenvolvimento das potencialidades da sociedade moderna. O novo, em Durkheim, precisa senão destruir, mas com certeza recolocar as esferas de ação e os princípios norteadores da sociedade moderna em um amplo espectro de instituições sociais arcaicas.

Lembremos da frase lapidar contida no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo, em 1932, e que ilustra muito bem a semelhança à qual estou me referindo: "Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional" (AZEVEDO, 1984: 407)

Além desta semelhança programática entre Durkheim e os renovadores brasileiros, não podemos esquecer que o padrão científico preconizado pelo sociólogo Fernando de Azevedo é legatário direto das noções durkheimianas de fato social, estrutura social e da postura positivista clássica da exterioridade absoluta entre o cientista e o fato social estudado.

Segundo Azevedo, a educação escolar brasileira só pode ser pensada verdadeiramente pelo cientista social, portador da ciência sociológica, a mais bem dotada para emitir juízos de fato.

A proposição de uma ética fundamentada cientificamente é a grande aspiração de Durkheim, pois para ele, a ética formulada por juízos de valor é insuficiente para garantir a coesão social nas sociedades modernas.

Azevedo e Durkheim, enfim, aproximam-se não somente pelos fatores levantados acima, mas também, e principalmente, pelo processo conservador evidente e matricial que levam a cabo: a naturalização da sociedade e a sua moralização.

A constituição e a delimitação do campo da sociologia da educação são também uma tarefa comum destes dois intelectuais aparentemente tão distantes entre si. Para ambos, o campo desta nova ciência aplicada à Educação define-se pela sua capacidade de promover estudos sobre a escola e suas relações com a sociedade, enquanto, a título de exemplo, a psicologia da educação promove estudos sobre o interior da escola.

Ambos enxergam na escola o *locus* privilegiado da ação reformista, só que Durkheim vive numa sociedade em que a escolarização é um fato cotidiano, enquanto Azevedo lança-se à tarefa de construção de um sistema

educativo unificado no país. Mas, pelo menos no caso de Azevedo há algo mais em jogo. É o que veremos adiante.

Construção e demolição de uma memória histórica

Fernando de Azevedo desenvolve, em *A Cultura Brasileira*, texto publicado em 1943, como introdução ao resultado do recenseamento realizado em 1940, uma larga investigação sobre a cultura no Brasil, mas avisando, desde o início que coloca "o interesse pelo presente acima de tudo", afirmando ter o espírito de seu tempo "muito vivo" (AZEVEDO, 1963: p. 21).

Para ele, o Brasil passava por um momento de importante transformação, em que o arcaico, visto como a economia agrária, determinada quase que exclusivamente por fatores climáticos e raciais, está sendo, paulatinamente, substituído pelo novo, tomado como a sociedade urbano-industrial que se desenvolve em algumas regiões do país, e que possui fatores determinantes mais complexos e sofisticados que os do velho mundo.

O antigo meio social que se caracterizava pelo espírito de casta, pela falta de disciplina, pelo desprezo ao trabalho e pelo diletantismo tinha, segundo Azevedo, como responsável a educação escolástica e retórica tradicionalmente ministrada pelos clérigos da Igreja Católica.

A nova sociedade, ainda em fase de constituição, estava conseguindo tornar-se uma grande comunidade nacional, pois, para Azevedo, a grandeza de um país repousa no caráter moral de seu povo. Se todos estiverem nos caminhos traçados pela nação ela será forte e vitoriosa.

Para ele, *A Cultura Brasileira* insere-se num movimento, tanto de renovação cultural, moral e educacional, quanto de revigoração do esforço de tomada de consciência nacional, para o qual a coleção "Brasiliana", desde 1931, demonstrava um esforço neste sentido.

Azevedo anuncia ainda no prefácio da terceira edição da referida obra, escrito em 1955, que sua investigação teria como objetivo o exame atento das formas pelas quais a sociedade procurou **modelar** o homem, buscando conhecer os valores que o conformaram e que lhe conferiram identidade.

A terceira parte de *A Cultura Brasileira*, intitulada A Transmissão da Cultura, e, especialmente os capítulos terceiro e quarto, serão o objeto central de nossa análise, pois são nestes capítulos que encontramos seu esforço de

síntese das ações políticas no campo da educação, da década de vinte até a década de quarenta, posteriormente ampliada até meados da década de cinquenta, em sua dupla posição de analista e participante central da trama relatada.

No capítulo terceiro, ele descreve a política educacional empreendida durante os primeiros anos da República, especialmente os esforços e avanços alcançados pela gestão de Benjamin Constant no Ministério da Educação, Correios e Telegrafos; relata os avanços alcançados na Constituição de 1891, especialmente no que tange à separação entre as esferas do Estado e da Igreja; promove uma análise sobre a configuração da situação do ensino no país, levantando os principais problemas educacionais encontrados e, por fim, aponta algumas experiências isoladas de modernização no cenário educacional local, tais como o sucesso das reformas educacionais empreendidas por sua gestão na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, entre 1928 e 1931, bem como as reformas levadas a cabo por Francisco Campos e Mário Casassanta, em 1927, no Estado de Minas Gerais. Aponta, ainda, com imenso otimismo, o desenvolvimento de uma "marcha resoluta para uma política nacional de educação" (AZEVEDO, 1963: p. 654).

No quarto capítulo, Fernando de Azevedo traça o longo itinerário percorrido pelos renovadores, que se estende desde 1926 até os anos quarenta (na edição de 1955, ele promove uma ampliação que avança na análise até a década de cinquenta, porém sem alterações substanciais da tônica discursiva). Neste capítulo, toma o Estado Novo como sendo um momento de culminância do espírito reformador, um momento de consolidação do sistema nacional de educação e dos ideais renovadores.

Assinala também o sucesso das empreitadas reformadoras pelo território nacional, visto na consolidação das universidades (ainda que com ressalvas ao perigo do rebaixamento da qualidade do ensino com a excessiva democratização do acesso aos cursos superiores), e na propagação, com o apoio da indústria, do ensino profissional, com o apoio do Estado, das Escolas Técnicas.

O recenseamento de 1940, do qual *A Cultura Brasileira* é um texto introdutório, é, ao final deste capítulo, aclamado como sinal de modernização de um Estado que não atua mais por motivações apenas coronelísticas, típicas da antiga sociedade brasileira, mas sim, pela racionalidade requerida por uma sociedade moderna que está se consolidando no Brasil.

Esta forma de relatar o movimento educacional brasileiro sedimentou-se com enorme vitalidade na quase totalidade das interpretações histórico-educacionais elaboradas no decorrer das décadas de sessenta, setenta e até

meados da década de oitenta. Em 1986, Marta Maria Chagas de Carvalho, defendeu seu doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo com uma tese intitulada: *Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Como o texto da tese infelizmente ainda não foi publicado, a divulgação de suas idéias matriciais tornaram-se públicas através da publicação de uma série de artigos em algumas revistas especializadas no período de 1988 a 1993.

Marta Carvalho realiza um duplo e inovador movimento: de um lado, compreende a ação dos renovadores no interior de um projeto vigorosamente conservador, ao invés da visão extremamente progressista que os envolvidos atribuíam a si próprios, e que reproduziam uma infinidade de educadores e historiadores da educação brasileira; por outro lado, mas como derivação desta primeira assertiva, promove uma revisão da memória histórica do próprio movimento reformador, memória esta esmeradamente construída por Azevedo em *A Cultura Brasileira*. Ela

“situa a campanha educacional no âmbito de uma vasta empresa de reforma dos costumes que aliava médicos, higienistas e engenheiros aos educadores. Evidencia a subordinação dos programas de modernização da escola e da sociedade a projetos de controle social cuja configuração busca no tema da organização do trabalho. Articula este tema como programa de reorganização da escola sob o modelo da fábrica para, em seguida, inscrevê-lo em projeto nacionalista de marcado autoritarismo.”

(CARVALHO, 1988: 04)

A bibliografia sobre o movimento educacional do período havia ignorado, por influência da interpretação de Fernando de Azevedo, a pluralidade de personagens e grupos em conflito naquele momento; pouca ou quase nenhuma visibilidade havia sido conferida às alternativas que estavam em disputa, pois sob o impacto da polarização exclusiva entre o novo e o velho, toda essa diversidade foi obscurecida. Além disso, obscureceu-se, segundo a autora, o projeto fundamental, qual seja, o de modernização da escola e da sociedade, através da articulação de instrumentos de moldagem e controle social. A educação, nesta perspectiva, apoiava-se no tripé da Moral, Higiene e Economia, configurando-se a escola de então, como lugar privilegiado desta obra de moldagem e fôrma da nacionalidade.

Transformar o trabalhador brasileiro através de um “conjunto de dispositivos escolares e para-escolares de disciplinarização dos costumes

que, formando o trabalhador ordeiro e produtivo, constituiria a 'nação'" (CARVALHO, 1988: p.09). Não é outro o objetivo, segundo a autora, dos renovadores de então.

Marta Carvalho ressalta ainda o cuidado que se deve tomar na classificação genérica deste grupo disforme e contraditório que se autodenominou como renovadores, sob o risco de aceitar a homogeneização, um tanto forçada, construída na narrativa do próprio Azevedo que objetivava, segundo ela, empreender estratégias de apagamento de divergências e problemas que colocassem em dúvida os caminhos políticos tomados, especialmente, pelo Estado Novo.

Marta Carvalho lembra-nos, no decorrer de sua exposição, que a possibilidade desta revisão interpretativa deve-se, em parte, à tese, advinda de alguns historiadores brasileiros na década de oitenta, "que atribui à burguesia industrial a disseminação de um projeto político centrado no 'tema da industrialização', a qual exigiria o concurso técnico de inúmeros reformadores sociais" (CARVALHO, 1988: p. 05).

Em 1975, Carlos Guilherme Mota, embora sem a mesma profundidade de Marta Carvalho, esbarrou na análise de *A Cultura Brasileira*, haja visto que empreendia uma análise sobre as ideologias da cultura brasileira. Nesse trabalho, assinalou que essa obra foi gestada sob a orientação geral empreendida pela política de compromissos do Estado Novo. Azevedo, segundo o autor, ao diluir os antagonismos em nome do estabelecimento da "harmonia entre as diferentes posições" enquadrava-se na orientação proposta por Vargas (MOTA, 1980: p. 75).

Mota denuncia o caráter extremamente aristocrático das posições de Azevedo, especialmente no que tange ao ensino superior. Suas conclusões acerca do projeto dos renovadores não têm o alcance das formulações de Marta Carvalho, pois, para ele, o ponto-chave do entendimento da referida obra reside apenas na explicitação do caráter nacional brasileiro e na clara defesa da idéia de importação cultural.

Octávio Ianni realizou, no final dos anos cinquenta, uma avaliação crítica da atuação política de Fernando de Azevedo, e em especial do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* conseguindo, de certa forma, vincular as propostas de política educacional contidas no referido texto, que na sua avaliação eram, simultaneamente, progressistas e "românticas", com a "tomada de consciência de setores urbano-industriais de seus próprios interesses (...) no campo educacional e que beneficiou outros setores" (IANNI, 1963: p. 191).

Enfim, o processo de demolição de uma memória histórica tão enraizada nas interpretações sobre a educação brasileira carece fundamentalmente da ampliação da investigações sobre o período, mas não quaisquer investigações. À percepção de objetivos velados e camuflados, tão bem iniciada por Marta Carvalho, precisa ser acrescentado um enorme esforço de investigação que apreenda satisfatoriamente o leque de determinações que conformaram a realidade educacional no período.

Os pesquisadores que se inserem no campo da História da Educação Brasileira necessitam superar tanto a memória histórica construída e consolidada acerca do período, quanto o paradigma historiográfico estabelecido a partir de *A Cultura Brasileira*. Os pontos centrais da crítica da produção de Fernando de Azevedo parecem-nos claros, porém a superação dessa prática historiográfica seletiva e enganosa é tarefa da qual devem se ocupar os historiadores brasileiros na atualidade.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de e outros. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Pedagógica Brasileira**. Brasília 65 (150); 407-425, maio-ago., 1984.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 4ª Edição (revista e ampliada), Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963, 802p.

_____. **Fernando de Azevedo por ele mesmo**. Curriculum Vitae datilografado. (parte do Arquivo Fernando de Azevedo existente no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

CARVALHO, Marta M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Tese de Doutorado, São Paulo, FEUSP, 1986. (mimeo.)

_____. Notas para a Reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920-1930). **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (66) 4-11, agosto de 1988.

_____. O novo, o velho, o perigoso: relendo *A Cultura Brasileira*. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (71) 29-35, novembro de 1989.

- _____. Escola, memória, historiografia: a produção do vazio, **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, SEADE, 7(1): 10-15, jan./mar. de 1993.
- CUIN, Charles-Henry & GRESLE, François. **História da Sociologia**. São Paulo, Ensaio, 1994.
- IANNI, Octávio. Educação e Ideologia. In: **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1963, p. 183-191.
- MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil (Vol. 1)**. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme. Cristalização de uma Ideologia: A "Cultura Brasileira". In: **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. 4ª Edição, São Paulo, Editora Ática, 1980, p. 53- 83.
- OZOUF, Mona. **L'École, l'Église et la République (1871-1914)**. Paris, Éditions Cana/Jean Olfredo, 1982.